



CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO – UNILEÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

FRANCILANE FÉLIX DE ARAÚJO

**SUICÍDIO: UM RISCO SILENCIOSO ENFRENTADO PELO POLICIAL MILITAR
NO BRASIL**

Juazeiro do Norte
2020

FRANCI HANE FELIX DE ARAUJO

**SUICÍDIO: UM RISCO SILENCIOSO ENFRENTADO PELO POLICIAL MILITAR
NO BRASIL**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito para a obtenção do grau de bacharelado em Psicologia.

Juazeiro do Norte
2020

FRANCI HANE FELIX DE ARAUJO

**SUICÍDIO: UM RISCO SILENCIOSO ENFRENTADO PELO POLICIAL MILITAR
NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do curso de Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito para obtenção de grau de Bacharelado em Psicologia.

Aprovado em: 14/12/2020

BANCA EXAMINADORA

Me. Ítalo Emanuel Pinheiro de Lima
Orientador

Esp. Indira Feitosa Siebra de Holanda
Avaliadora

Me. Joel Lima Junior
Avaliador

SUICÍDIO: UM RISCO SILENCIOSO ENFRENTADO PELO POLICIAL MILITAR NO BRASIL

Franci Hane Felix de Araújo¹
Italo Emanuel Pinheiro Lima²

RESUMO

Esta pesquisa busca compreender as principais questões que indica o comportamento suicida entre os policiais militares no Brasil. Constitui-se de uma revisão bibliográfica do tipo integrativa, abordando as principais características clínicas e aspectos epidemiológicos do suicídio; descrever os principais fatores de risco para o adoecimento mental do policial militar no Brasil; conhecer o perfil sociodemográficos das vítimas de suicídio. Para tal, foi selecionado através das palavras-chave periódicos indexados como qualis B, publicados entre 2010 a 2020. Foi identificado 55 artigos publicados e indexados nos referidos bancos de dados: 5 no PubMed, 41 no SciELO e 9 em revistas de psicologia da plataforma Scopus. Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: artigos publicados em português e inglês, entre 2010 e 2020, e que possuíssem no título e/ou resumo a palavra-chave Policial Militar relacionado a pelo menos um dos descritores: Suicídio, Depressão ou Transtorno Mental. Destaca-se que os policiais militares podem ser mais vulneráveis e suscetíveis as doenças ocupacionais e sofrimento psíquico por lidarem diariamente com situações de alto estresse, e assim os resultados apontam taxas alarmantes de suicídio devido a diversos aspectos multifatoriais.

Palavras-chave: Suicídio. Policial Militar. Depressão. Transtornos Mentais.

ABSTRACT

This research seeks to understand the main issues that indicate suicidal behavior among military police in Brazil. It consists of an integrative literature review, addressing the main clinical characteristics and epidemiological aspects of suicide; describe the main risk factors for the mental illness of the military police in Brazil; to know the sociodemographic profile of suicide victims. For this purpose, it was selected through the keywords periodicals indexed as qualis B, published between 2010 and 2020. 55 articles published and indexed in the referred databases were identified: 5 in PubMed, 41 in SciELO and 9 in platform psychology journals Scopus. The inclusion criteria defined for the selection of articles were: articles published in Portuguese and English, between 2010 and 2020, and which had in the title and / or abstract the keyword Military Policeman related to at least one of the descriptors: Suicídio, Depressão or Mental Disorder. It is noteworthy that military police officers may be more vulnerable and susceptible to occupational diseases and psychological distress because they deal with high stress situations on a daily basis, and thus the results point to alarming rates of suicide due to several multifactorial aspects.

Keywords: Suicide. Military Police. Depression. Mental Disorders.

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. E-mail: hanafelix22@gmail.com

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. E-mail: italo@leaosampaio.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O suicídio é um problema que acontece a nível mundial, afetando as pessoas de diferentes idades e classes sociais, considerado como uma das principais causas de mortes entre homens e mulheres, e encarado como um problema de saúde pública tem sido um tema bastante debatido nos dias atuais e uma das justificativas para isso são as estimativas apresentadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de que, no ano de 2020, cerca de 1,53 milhão de pessoas cometerão suicídio, o que representa um ato suicida a cada dois segundos (OMS, 2014).

De acordo com o boletim epidemiológico das tentativas e óbitos por suicídio no Brasil, realizado no período de 2011 a 2015, foram notificados 55.649 casos de suicídio no país. Em indivíduos do sexo masculino a porcentagem de casos foi de 8,7% para cada 100 mil habitantes, sendo quatro vezes maior que o índice pelo sexo feminino, de 2,4% para cada 100 mil habitantes (OMS, 2017).

De acordo com Araújo et al (2010), a pessoa que pensa em cometer suicídio apresenta esgotamento emocional alto, acarretando, portanto, sentimento de desesperança e falta de energia. Alguns autores afirmam que a principal causa do suicídio é a depressão e as muitas outras doenças mentais. Embora não exista uma definição única aceitável, o suicídio implica necessariamente em um desejo consciente de morrer, de não existir.

De um modo geral, a depressão pode aparecer como sintomas secundários de determinadas doenças, ou mesmo coexistir junto com outros estados emocionais como causa de eventos traumatizantes, ou ainda como agravo isolado, e pode ser associado ao suicídio como consequência mais grave (MIRANDA, 2016; KOLVALSKI, 2015; BIAZUS et al., 2016).

De acordo Miranda, Guimarães, (2016), no que tange à atividade ocupacional do policial militar, relata como um grupo de alto risco de morte por suicídio, por se tratar de uma atividade estressante, perigosa, desgastante, o policial é muito cobrado tanto pela sociedade, tanto pela própria corporação que cobra seu desempenho. Esse lado emocional acumula perigos demonstrados no alto nível de estresse, ansiedade, e demais fatores que causam doenças na saúde mental do policial.

Assim, a opção por esta temática teve sua motivação no interesse em conhecer as principais questões que sinalizam para o comportamento suicida entre os policiais militares no Brasil, no exercício de suas funções e obrigações. Em todas as regiões do país, que conta com cerca de 425 mil policiais militares, são altas as taxas de suicídio e de transtornos mentais. Diante deste problema atual de grande proporção na saúde pública, consideras e importante realizar o estudo que agrega valor a área de conhecimento, não somente da Psicologia, mas da

área da saúde como um todo, tendo em vista ser um tema atual e que causa grande impacto não só à categoria, mas do meio acadêmico.

Mediante o exposto o estudo apresenta a seguinte questão problema: Quais fatores predisponentes que pode levar ao suicídio em policiais militares no Brasil no exercício de suas funções?

Exposto tema e problema o estudo apresenta o seguinte objetivo geral: identificar quais os principais fatores predisponentes que pode levar ao suicídio em policiais, trazidos pela literatura. E como objetivos específicos: Abordar as principais características clínicas e aspectos epidemiológicos do suicídio; descrever os principais fatores de risco para o adoecimento mental do policial militar no Brasil; conhecer o perfil sociodemográficos das vítimas de suicídio.

O propósito do presente estudo utilizado para o desenvolvimento da fundamentação bibliográfica será baseado na revisão da literatura, através de leituras de publicações de artigos científicos e revistas online. Através do levantamento literário de obras que abordam o trabalho, a depressão, suicídio, aspectos estes, voltados para o policial militar no Brasil.

2 METODOLOGIA

O presente estudo constitui-se de uma revisão bibliográfica do tipo integrativa, visando uma análise de obras da literatura produzida acerca do tema, em periódicos indexados como qualis B nos anos de 2010 a 2020. Considerando a relevância do tema e assim buscando conhecer a perspectiva de alguns autores a respeito do suicídio em policiais militares no Brasil.

No que se refere à revisão integrativa da literatura, de fato, tal método de pesquisa possibilita a análise de estudos realizados anteriormente, de modo que seja possível auxiliar na prática clínica, trazendo conhecimentos pertinentes acerca da temática estabelecida, fornecendo embasamento para decisões mais assertivas por parte dos profissionais (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Inicialmente foi executada a leitura dos títulos dos artigos, encontrados por meio das palavras-chave, em seguida os resumos dos artigos nos quais os títulos correspondiam aos objetivos da pesquisa que foram lidos, no entanto foram selecionando 55 artigos publicados e indexados nos referidos bancos de dados: 5 PubMed, 41 Scielo e 9 em revistas de psicologia da plataforma Sucupira classificados como qualis B.

Posteriormente, os artigos foram lidos na íntegra e selecionados os que concernem à pesquisa. Logo depois ocorreu a análise e inclusão de alguns artigos, localizados nas

referências dos artigos selecionados, capazes de corresponder aos critérios de inclusão estabelecidos.

Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: artigos publicados em português e inglês que retratassem a temática referente à revisão integrativa e artigos publicados, nos últimos dez anos, ou seja, estudos produzidos no período de publicação de 2010 a 2020. Como critérios de exclusão foram: 29 artigos que não correspondia ao tempo delimitado, nos últimos dez anos, 4 artigos que não respondiam as questões e problematização do tema após a leitura criteriosa, restando apenas 22 artigos. A pesquisa foi feita por meio do cruzamento entre os seguintes descritores: suicídio, policial militar, depressão, transtornos mentais.

3 A ATIVIDADE POLICIAL

De acordo com Brasil (2010), as polícias militares brasileiras têm sua origem nas forças policiais criadas durante o período em que o Brasil era Império e que foram extintas na chamada Revolução de 64, objetivando estabelecer rígido controle sobre as corporações policiais armadas, o governo militar extinguiu as guardas Civis e regulamentou as normas fiscalizadoras do Exército sobre as polícias militares, inclusive, nomeando oficiais do Exército para comandá-las em todos os Estados. Em sua história mais recente, o Decreto-Lei nº 667 de 1969 da Presidência da República lhe atribuiu, como missão, o policiamento ostensivo, fardado, para assegurar a manutenção da ordem pública, tanto em seu caráter preventivo, quanto repressivo. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo nº 144, dispõe que.

“A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - Polícia federal;
- II - Polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - Polícias civis;
- V - Polícias militares e corpos de bombeiros militares.

[...]

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 7º A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

A Polícia Militar é uma instituição e com base constitucional para realizar um serviço ostensivo como forma de preservar a ordem pública. Durante décadas o policial militar era visto como um órgão repressor a serviço do governo, voltado para força e agressão, desde o início de suas operações policial, o que deu aos policiais militares o status de “desumanos” e “sem coração”, os quais se repercutem até os dias atuais e apresentam consequências não apenas para o desempenho de suas atividades diárias. A atuação profissional da polícia está sujeita às condições contextuais nas quais está imersa, e a depender de cada realidade, as atividades laborais dessa profissão ganha maior ou menor complexidade (RODRIGUES, 2010, OLIVEIRA; AMORIM, 2015).

Tendo como atividade fim, realizar o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, que comumente ocorre nas ruas e se efetiva em ações de combater à violência e criminalidade, assegurando, desta forma, o bem comum e garantindo os direitos individuais e coletivos de uma sociedade. Assim, com o intuito de compreender as relações estabelecidas dentro da profissão para a construção da identidade profissional (PORTO, 2018).

De acordo com Poncioni (2005), a Segurança Pública é uma questão muito debatida em nossa sociedade, pelo menos desde meados dos anos 70, há um crescimento contínuo da criminalidade, a exposição à violência, principalmente nas regiões metropolitanas e periferias das grandes cidades do país, e que o sistema judiciário, e, em particular, a polícia tem se mostrado ineficaz para o enfrentamento da questão. Especialmente nas áreas urbanas do país, a sensação de medo e insegurança, tem sido experimentada como um grave problema público devido à expectativa de que qualquer pessoa pode se tornar vítima de crime em qualquer ponto das cidades e em qualquer momento de sua vida cotidiana.

Ainda de acordo com a autora, neste sentido, entendem que é de fundamental importância para as intervenções que visem à efetividade do trabalho policial, considerar o

exame dos modelos policiais profissionais existentes, suas premissas para a conduta policial, os objetivos visados, os meios utilizados para alcançá-los e as consequências para o exercício da atividade policial na contemporaneidade. Dessa forma, o desempenho do trabalho nessa área está diretamente relacionado ao nível de qualidade de vida desses profissionais, tendo como consequência o prejuízo em sua saúde física e mental (FERREIRA et al, 2012).

Na maioria das vezes os policiais, se mostram inconformado com o trabalho, o que afeta sua percepção pessoal da vida. Alguns dos fatores que acarretam essa insatisfação, que se apresentam de forma organizacional e social, como o aumento dos níveis de criminalidade, as falhas da justiça e a incompreensão, por parte da sociedade, que não reconhece os riscos atribuídos à atividade policial. Em relação à satisfação no trabalho, este é um ponto bastante complicado e difícil de definir e compreender, pois, se trata de algo subjetivo, variando de indivíduo para indivíduo, do momento em que este está inserido e ao longo do tempo. Logo, a satisfação pode ser influenciada por forças externas e internas do ambiente de trabalho, que pode por consequência influenciar na saúde do trabalhador, modificando seu comportamento social e profissional (FERREIRA et al., 2012; FONTANA; MATTOS, 2016).

De maneira geral, ao incorporarem na carreira policial os indivíduos são atraídos por determinadas características, tais como o status derivado da profissão, a possibilidade de ascensão profissional, a estabilidade do concurso público, além de suas motivações pessoais e subjetivas. Atividade policial está além do combate diário contra a conduta irregular ou criminosa da sociedade. O policial defende o cidadão mesmo com o risco de sua própria vida, atua na defesa do cidadão mesmo em momento de folga ou lazer, pois a todo tempo está em alerta. O dia a dia desses profissionais exige uma atuação rápida e de forma imprevisível. Às vezes, um confronto com uma situação de risco pode ser inevitável. Esses indivíduos, em sua maioria, encontram-se saudáveis, tanto físicas, quanto psiquicamente até por conta do alto grau de exigência e disciplina necessárias para que tal ingresso ocorra, portanto, é uma atividade de risco, pois a todo tempo o policial militar atua com a violência, brutalidade e a morte ou tem que lidar com a possibilidade em que ocorra sua própria morte ou a morte de colegas (MACHADO, 2015; LIPP; COSTA; NUNES, 2017).

Quando se compara a atividade policial em diversos contextos, percebe-se que, apesar da distinção entre o tipo de atividade exercida e até mesmo o país onde são executadas as funções, essa é uma profissão cujas condições de trabalho geram maior vulnerabilidade ao estresse. Entende-se, portanto, que o policial militar experimenta diversos momentos complexos durante sua vivência profissional, o que exige de si, resiliência e boa capacidade de

adaptação para que possa vir a lidar e superar os possíveis efeitos decorrentes das diversas situações vivenciadas no seu cotidiano (FIGUEIREDO- FERRAZ et al., 2014; SILVA BCR, 2018).

A atividade do policial militar não se resume ao serviço diário, a função implica em constante estado de alerta, mesmo quando o profissional está em momento de descanso, pois, além de serem alvo de muitas críticas por parte da sociedade, que cobra deles um bom desempenho, são alvo de muitas ameaças, por estarem diretamente ligados ao mundo do crime, da repressão das ilegalidades e da manutenção da ordem pública. Esse medo de ser reconhecido como agente de segurança durante as folgas, ou de ser morto ou agredido no desempenho de suas funções, causa uma vitimização e um constante estado de alerta nos policiais, tanto para eles próprios quanto para seus familiares (SOUZA et al., 2012).

De acordo com os estudos de Fontana (2016), indicam que, as atividades profissionais desempenhadas por esses profissionais, as altas exigências do ambiente militar, associadas ao aumento da violência e à falta de preparo ou de condições profissionais e de auxílio pessoal, necessários ao bom desempenho profissional, fazem do trabalho dos policiais um dos mais desgastantes, encontram-se intimamente relacionadas a questões de sofrimento psíquico, como distúrbios do sono, o desenvolvimento Transtornos de Ansiedade, Depressão, Transtorno de Estresse Pós-Traumático, Transtorno de Humor Bipolar, abuso de álcool e outras drogas, bem como ao uso desregrado de medicamentos controlados, podendo levar até ao suicídio.

4 SUICÍDIO

O termo suicídio tem origem no latim, na junção das palavras sui (si mesmo) e caedere (ação de matar), ou seja, é um ato que consiste em pôr fim, intencionalmente, à própria vida, é um ato voluntário em que o indivíduo, por motivos como, elevado grau de sofrimento, descontrole emocional, decepções, transtornos mentais e de ansiedade, vê na morte a solução de seus problemas (BARBOSA; MACEDO; SILVEIRA, 2011).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), aproximadamente 800.000 mil pessoas morrem a cada ano vítimas de suicídio, ou seja, um indivíduo a cada 40 segundos. Porém as tentativas de suicídio são ainda mais frequentes, do que o ato propriamente dito. No

Brasil, de acordo com estimativas oficiais do DATASUS, foram contabilizadas 195.979 mortes autoprovocadas entre 1996 e 2017.

De acordo com Sousa (2011), o suicídio é considerado como um dos fenômenos, talvez, dos mais instigantes, quando lidamos com temas relacionados à morte. Afetam pessoas de todas as idades, em qualquer classe social. O comportamento suicida é extremamente complicado e difícil de ser abordado, ainda que presente em todas as culturas e em diferentes épocas da existência humana, o ato de matar-se sempre despertou certa curiosidade. Podendo ser classificado em três momentos: a ideação suicida (que pode ir de pensamentos de morte à intenção suicida estruturada com ou sem planejamento suicida), o suicídio consumado e a tentativa de suicídio que acontece entre a ideação e o suicídio consumado (SAMPAIO et al. 2013).

Outra informação relevante é o indicativo de que as tentativas de suicídio são aproximadamente vinte vezes mais frequentes do que os suicídios consumados, tornando a dimensão do problema ainda mais relevante e causando impactos sociais altamente destrutivos. Contudo, por ser um tema sensível e até mesmo considerado ilegal em alguns países, é muito provável que ele seja subnotificado. O suicídio pode ser erroneamente classificado como um acidente ou ocasionado por outra condição, ou ainda, mascarado pela família por questões como vergonha ou culpa (WHO, 2014).

O sociólogo francês, Émile Durkheim (1977), ao escrever sobre o fenômeno do suicídio, no livro intitulado *O Suicídio*, faz uma reflexão acerca da responsabilidade da sociedade como fator determinante. “O suicídio” define o suicídio como um ato pessoal com características da sociedade que o produz, através das regras sociais que podem causar influência no grau de interesse da pessoa pela vida. É um homicídio com finalidade de matar a si próprio e também uma ação com desesperança de alguém que não almeja mais viver, ou seja, está resolve findar sua vida e a forma que ela encontra é através do suicídio.

O autor conclui que o suicídio varia na razão inversa de integração dos grupos sociais que o indivíduo faz parte e sugere que há três tipos de suicídio, de acordo com o grau desta integração, são eles: suicídio egoísta, altruísta e anônimo. O primeiro procede de uma individualização excessiva. Pode ocorrer entre os indivíduos que perderam o sentido de integração com seu grupo social, não mais se encontrando sob a influência da sociedade, da família e da religião. No suicídio altruísta, o indivíduo pode se matar quando está muito integrado num grupo, ocorrendo principalmente em sociedades coletivas, onde os indivíduos suicidam-se para o bem comum, se sacrificando pela comunidade.

O fenômeno do suicídio por se tratar de um ato complexo e multifatorial. Diversos estudos (BURIOLA et al., 2011; SOUZA et al., 2011) comprovaram a existência de inúmeros fatores que já foram identificados como predisponentes e precipitantes dos comportamentos suicidas, como a dificuldade em superar perdas passadas, desestruturação e desajustes familiares, alienação social provocada pela própria pessoa ou por outros indivíduos, violências e as doenças mentais e problemas socioeconômicos, o uso abusivo de álcool e drogas, entre outros. Ainda, é importante ressaltar que o principal fator de risco para a ocorrência do comportamento suicida é a pré-existência de transtornos mentais (depressão, esquizofrenia ou falta de esperança) podem, ainda, ser contributivos para o aumento de risco e a consumação da tentativa de suicídio (SOUZA et al., 2011; WHO , 2014).

O ambiente e as relações entre as pessoas também são considerados fatores de risco ao suicídio, pois, em cada parte do mundo, as diferenças culturais, religiosas, históricas e legais configuram distintas percepções da população em relação ao ato extremo. A própria relação da pessoa com sua família e amigos, por exemplo, pode repercutir sobre o comportamento suicida, também são fatores de alta influência no suicídio os desastres, guerras e conflitos, deslocamentos e aculturação de povos, (MIRANDA, GUIMARÃES, 2016; OMS, 2016).

5 SUICÍDIO EM POLÍCIAS MILITARES

De acordo com os estudos de Da Silva (2017), o trabalho policial é permeado por riscos reais de morte, que lida com violência e a brutalidade, a qual seja a violência das ruas, a violência urbana propriamente dita. Exige mais da parte física e do emocional no sentido de ter o profissional de segurança, expondo-se frequentemente ao perigo e a agressão é exposto às fatalidades em função das atividades inerentes à profissão. No entanto o serviço administrativo, atua como suporte à atividade operacional, normalmente é exercido em Diretorias ou Centros, apresenta níveis de estresse dos ambientes fechados dos escritórios, a ligação entre carga de trabalho e situações estressantes pode vir a desenvolver nos policiais problemas de saúde que se tornam crônicos com o passar do tempo.

O aspecto mais fatal, entretanto, é o suicídio, considerando que para o resultado morte basta apenas a conduta autodestrutiva do próprio sujeito, Parte de uma obscuridade provocada por fatores genéticos, sociais, culturais, biológicos, psicológicos, e históricos, tudo isto inserido empilhado nesse indivíduo. Desta forma, ele busca a solução para seus problemas

e também para o fim do sofrimento que o domina por meio do ato fatal, independentemente dos fatores que desencadearam a ação (ARAÚJO, 2013).

Para Miller (2006), as consequências de sobrecarga do trabalho é o adoecimento psíquico, em que muitas vezes podem conduzir às tentativas e aos suicídios consumados desses profissionais. Os suicídios raramente ocorrem de forma isolada, muitas vezes acontecem com policiais que combinação debilitante de estressores, o desenvolvimento de transtorno de ansiedade, síndrome de Burnout, depressão, transtorno de pânico, abuso de álcool, e outras drogas, que levam a uma sensação de desamparo e desesperança.

Muitas vezes, há uma lenta acumulação de estresse, tensão e desmoralização que se acelera abruptamente, culminando com a crise suicida. Não é incomum ter havido uma série de ciclos de humor, com o comportamento impulsivo, errático e violento, tais como intimidações, abuso da força, e violência doméstica, se mostrando ao longo da vida do policial (MILLER, 2006, p. 185). No entanto Segundo Miranda e Guimarães (2012, p. 2) “no nível individual, seus membros sofrem uma profunda sobrecarga física e emocional com as sucessivas cobranças sociais e institucionais”.

Os policiais normalmente acreditam que podem ser capazes de lidar com a maioria das situações, sem ajuda. Ao mesmo tempo, quer admitam ou não, têm um desejo quase insaciável por aprovação, na sociedade e entre os companheiros. Assim, há pouco espaço para erro ou falha. Para muitos policiais, a vergonha é muito pior do que o medo, e perder a aprovação ou o apoio da família ou dos colegas são algo grave. A atividade policial acarreta o desgaste psicológico, pois os profissionais devem estar sempre prontos para agir, com controle da situação (COSTA, 2018).

Dando complexidade ao assunto, Monjadert (2003. P. 297 apud Pinheiro 2014, p. 297), apresenta as expectativas da sociedade no tocante à atuação policial:

O cidadão espera do policial que ele tenha a sabedoria de Salomão, a coragem de Davi, a força de Sansão, a paciência de Jô, a autoridade de Moises, a bondade e Bom Samaritano, o saber estratégico de Alexandre, a diplomacia de Lincoln, a tolerância de Carpinteiro de Nazaré e, enfim, um conhecimento profundo das ciências naturais, biológicas e sociais (MONJADERT, 2003, p. 297, apud PINHEIRO, 2014, p. 297)

No entanto essa realidade, permeada por constante tensão, pressão e cobrança enfrentada pelos policiais militares, somado a isso surge os problemas que advindos do contato constante e direto com fatores estressores como a violência e criminalidade, a dependência química, a tensão do uso de armas de fogo como instrumento de trabalho incluindo o risco inerente de ser ferido até mesmo fatalmente, dentro ou fora do ambiente laboral (CASTRO; CRUZ, 2015).

Os policiais de rua, enfrentam a criminalidade de perto e estão vivenciando as consequências das transformações contemporâneas, da falta de reestruturações no país e principalmente a falta de investimentos na segurança pública. É indiscutível que há necessidade urgente de reformas no âmbito da segurança pública, mudanças concretas que garantam maior segurança à população e melhores condições de trabalho aos PM, que diariamente estão expostos aos riscos físicos e psíquicos na realização de seu trabalho (MAGALHÃES, 2015).

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para análise mais detalhada das pesquisas desenvolvidas na área aqui abordada gerou uma grande categoria temática, pouco tem sido publicado a respeito das condições de saúde física e mental de policiais principalmente no Brasil, os dados foram desenvolvidos a partir das questões que se inscrevem nos objetivos gerais e específicos, os quais fundamentam toda essa pesquisa foi elaborada por meio dos registros, análise e organização dos dados bibliográficos, instrumentos que permitem uma maior compreensão do assunto, possibilitando uma interpretação das fontes obtidas. O critério de seleção da análises dos dados foram realizados de acordo com o grau de relevância destes diante da temática principal. A qual está apresentada no seguinte tópico: sobre a incidência de suicídio em policiais militares no Brasil segundo as pesquisas. Nesse sentido torna-se interessante conhecer o perfil dos policiais de acordo com características como idade, sexo, tempo de serviço na instituição, dentre outras características mais relevantes.

Ao todo foram encontradas nove pesquisas dentro dos critérios estabelecidos, um no ano em 2010, duas no ano de 2012, duas em 2014, um em 2015, um em 2016, um em 2017 e uma em 2019.

6.1 A INCIDÊNCIA DE SUICÍDIO EM POLICIAIS MILITARES NO BRASIL SEGUNDO AS PESQUISAS.

A Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo passou a se preocupar com o aumento do suicídio policial nas Polícias de São Paulo desde a publicação da pesquisa sobre “Uso da Força Letal por Policiais de São Paulo e Vitimização Policial em 2017”. Esta pesquisa, foram apresentados dados da vitimização policial que indicavam que o suicídio policial era um fenômeno grave nestas instituições, ou seja, para a Organização Mundial de Saúde, quando se atinge a taxa de 10 suicídios para cada 100 mil habitantes é considerada uma situação epidêmica. Taxa bienal de suicídio nos polícias é, em média, de 23.9, considerando apenas para policiais na ativa. De acordo com os dados coletados, 78 suicídios policiais entre 2017 e 2018 nas polícias de São Paulo. Na Polícia Civil e Técnico Científica, 22 (17 de policiais da ativa) e na Polícia Militar, 56 (36 policiais da ativa), (MARIANO, 2019).

Os números mostram que o suicídio é a principal causa de morte dos policiais civis paulistas, ou seja, os policiais Civis têm mais chances de cometer suicídio em comparação a população Militar (MIRANDA, 2016).

Considerando que em média, 83 mil policiais militares, 25 mil policiais civis e 3 mil policiais da Polícia Técnico Científica, o total de policiais das três polícias de São Paulo é de aproximadamente 111 mil. Considerando a taxa de suicídio para cada 100 mil, a taxa média de suicídio nas polícias de São Paulo nos últimos dois anos foi de 23.9. Levando-se em consideração esses aspectos, o suicídio policial em São Paulo pode ser considerado epidêmico (MARIANO, 2019). Segundo relatório da Anistia internacional, esses dados evidenciam que a Policial Militar e a Policial Civil são também vítimas da violência que ambas lidam diariamente em suas atividades laborais. Com aumento da criminalidade, representado por exemplo pelo aumento de homicídios e do tráfico de drogas, vários fatores colaboram para que o risco de o suicídio de membros da polícia militar.

Há uma série de elementos socioculturais, como o tabu sobre o fenômeno e o preconceito institucional em torno do policial que adoece, a alta vitimização de trabalhadores, merece atenção na tarefa da prevenção do seu estado físico, emocional, espiritual, social, familiar e cultural. O suicídio policial é um grave problema de saúde pública que merece toda a atenção, é um fenômeno complexo que vem aumentando durante os anos, que não pode ser negligenciado, pois tem uma função essencial para bom funcionamento da democracia, isto é, a proteção a vida dos direitos e cidadania dos indivíduos.

A falta de investimentos para prevenir o adoecimento mental e promover a qualidade de vida no trabalho está diretamente relacionada ao alto índice de suicídio na polícia militar no Brasil. Um outro ponto está relacionado à imagem que o policial militar no Brasil foi

culturalmente criado, de um sujeito “durão” em que a procura por ajuda estaria veiculada a ideia de fraqueza, assim acabam tentando resolver seus próprios conflitos com os meios que possuem na corporação militar ou em sua vida sociofamiliar. De acordo com Ramos (2010), esse contexto explica a elevada taxa de suicídio cometido por policiais militares assim como a elevada taxa de “letalidade policial”³ em consequência de sua incapacidade de lidar no trabalho com situações adversas.

No estado de São Paulo, a taxa de suicídio na Polícia Militar é, em média, de 21.7, em 2017, ocorreram 16 suicídios e, em 2018, foram 20 (considerado os dados de suicídio de policiais militares da ativa). Considerando o efetivo médio de 83 mil policiais militares no estado de São Paulo, as taxas de suicídio médias ano a ano foram: 19.3. Em 2017 e 24.1 em 2018. Uma média de 21.7 por ano. Comparando a taxa média de suicídio policial em São Paulo com a taxa de suicídio na sociedade brasileira que é, em média, de 5.8 (MARIANO, 2019).

A atividade laboral do Policial Militar, epidemiologicamente tem fortes indícios de adoecimento relacionado ao trabalho, é uma ocupação constantemente perigosa, que se desenvolve em um meio conflitivo no limite da marginalidade e criminalidade, estando relacionado com a presença de situações e acontecimentos estressantes, podendo levar a uma maior prevalência dos transtornos de ansiedade e dos quadros depressivos, são alguns fatores para o sofrimento psíquico, culminando nas tentativas de suicídio e no suicídio em si.

Ainda de acordo com o autor em São Paulo os perfis dos policiais vítimas de suicídio em 2017 e 2018 pelos policiais da ativa em razão de ser este o parâmetro que foi utilizado para estabelecermos as taxas de suicídio policial. Ou seja, não incluímos nas taxas os suicídios de policiais aposentados e/ou inativos. No perfil dos policiais da ativa que cometeram suicídio, 68% eram policiais militares e 32%, policiais civis. A maioria das vítimas era formada por homens (89%). 11% das vítimas eram mulheres. Em relação à faixa etária dos policiais que cometeram suicídio eram de 31 a 35 anos (26%) e de 41 a 45 anos (21%). Diferentemente dos suicídios na sociedade, em que o instrumento mais utilizado pelas vítimas é o enforcamento, nos suicídios policiais o instrumento mais utilizado (85%) é a arma de fogo, além de 11% de enforcamentos, 2% de queimadura e 2% de medicamentos. O uso da arma de fogo é uma das principais características do suicídio policial. As principais vítimas de suicídio são, respectivamente: Cabos (44%) e Soldados (39%). Sobre o tempo de serviço dos policiais da ativa que cometeram suicídio. De 1 a 5 anos: 30%, de 11 a 15 anos: 25%, de 6 a 10 anos: 17%,

3 Quando a polícia mata (Ramos 2010).

de 16 a 20 anos: 14% e de 21 a 25 anos: 11%. A faixa etária de 26 a 30 anos tem a menor porcentagem (MARIANO, 2019).

De acordo com os dados, a grande maioria dos suicídios praticados por policiais militares de São Paulo, ocorre através de disparo de arma de fogo, isto estar relacionado com a facilidade de acesso. Como medida de intervenção para redução de riscos de suicídio, o protocolo seguido pela PMESP, consiste no diagnóstico e observação de um profissional de saúde mental da PMESP, identifica sinais de manifestação suicida, ou após uma tentativa, recomenda a retirada do elemento “arma de fogo”, que aumenta as probabilidades de sucesso do suicida em potencial.

De acordo com os estudos de Mattos (2012), a disparidade entre sexos, é reconhecida a partir de seu ethos masculino, não só na literatura, assim como no imaginário social, que veicula algumas atividades policiais cabíveis a homem. Pode se concluir o fato da maioria dos policiais ser do sexo masculino, pois para o ingresso na instituição a grande maioria dos editais preconiza que a quantidade de vagas para sexo feminino é significativamente inferior as vagas ofertadas aos homens, isso pode ser explicado pelo fato de que a profissão ainda é considerada de alto-risco (LIMA et al., 2015). Esse dado merece ser investigado em outros estudos, exerceria alguma função protetora contra o sofrimento na atividade laboral, para que a quantidade de vagas para sexo feminino seja inferior.

A Polícia Militar é constituída por uma escala hierárquica em ordem de ascensão dentro da corporação: soldado, cabo, terceiro sargento, segundo sargento, primeiro sargento, subtenente, segundo tenente, primeiro tenente, capitão, major, tenente coronel e coronel. Cada um deles devendo continência ao seu superior direto (OLIVEIRA, 2010).

Entretanto, estudos apontam que a mais alta taxa de suicídio entre policiais militares (praças) chegou a ser 4 vezes superior à da população geral do estado do Rio de Janeiro, de 2005 a 2006 (MIRANDA, 2016). Isso pode ser entendido pelo fato de cabos e soldados – praças, é estar se encontra exposto ao dia a dia da violência durante o trabalho de patrulhamento das ruas, onde se encontra mais susceptível a situação de risco e vulnerabilidade, são profissionais que ocupam as posições hierárquica mais subalternas, podendo sofrer perseguição e discriminação pelos superiores no interior da corporação, elevando assim o sofrimento no cotidiano do Policial Militar o que pode levar ao suicídio.

Na polícia militar do Paraná (PMPR), dados do serviço de ação social (SAS) realiza atividades de prevenção ao suicídio de policiais militares. Segundo os registros do SAS, indicam que no período entre 2013 a julho de 2016, um total de 21 policiais militares havia cometido suicídio na polícia Militar do Estado do Paraná. Havendo um aumento no número de

casos ao ano, visto que, no ano de 2013 foram registrados 2 casos de suicídio, já em 2014 esse número aumentou para 4, subindo para 9 no ano seguinte e atingindo uma marca de 6 casos registrados até o mês de julho de 2016 (DA SILVA et al.,2017).

No que diz respeito ao perfil da amostra, a pesquisa encontrou que do total dos 21 policiais militares cometeram suicídio no Estado do Paraná, no período de 2013 a 2016, somente três eram mulheres (14%). Apresentando um maior índice entre homens (86%), solteiros (52%), com idade entre 41 a 50 anos (33%), enquanto os demais, 5 (24%) tinham entre 21 a 30 anos, 5 (24%) entre 31 a 40 anos e 4 (19%), entre 51 a 60 anos. Em relação a situação funcional 16 (76%) dos policiais estavam na ativa, enquanto 5 (24%) encontravam-se inativos. Pelos registros, dos 16 policiais militares da ativa, 11 (69%) trabalhavam em atividades operacionais e apenas 5 (31%) atuavam em atividades administrativas. Esses dados corrobora a ideia do que PM de rua adoece mais.

Com relação à graduação, 14 deles (67%) eram soldados, 3 (14%) eram Cabos, 3 (14%) eram Sargentos e 1 (5%) era o Aspirante à Oficial. Entre os meios empregados com maior frequência a arma de fogo correspondeu 13 deles ou 61,9%, em relação aos outros, 6 (28,5%) utilizaram o enforcamento como meio, 1 (4,8%) fez uso de arma branca, e, por fim, 1 (4,8%) se precipitou de local elevado (DA SILVA et al.,2017).

Corroborando com os dados de alguns parágrafos acima, na pesquisa de Macedo (2016), os dados coletados a respeito do perfil das amostras, observou-se que os policiais que comeram suicídios tinha uma média que varia dos 24 aos 49 anos e eram, na grande maioria homens, quanto ao tempo de serviço notou-se que os policiais trabalhavam na corporação por um período de 10 a 30 anos de serviço em média, que a maioria dos policiais trabalhavam como praças, ou seja, na parte operacional, em contato constante com a sociedade e em contato iminente com fatores de riscos físicos e fatores estressantes dentro da atividade laboral.

De acordo com os estudos de Miranda (2017), que foi apresentado como parte dos resultados do projeto de pesquisa “Suicídio entre Profissionais Policiais Militares: uma análise institucional”, realizado em todo território nacional, no ano de 2014. O estudo privilegiou a categoria ocupacional policial militar, para análise da magnitude e dimensões do comportamento suicida nas organizações policiais militares dos 27 estados brasileiros foi realizada através da combinação de técnicas de pesquisa quantitativa e qualitativa. A coleta das informações quantitativas foi feita através da aplicação de questionário cujo tema central foi qualidade de vida e valorização do profissional de segurança Pública no Brasil. A abordagem qualitativa foi explorada por meio de grupos focais e entrevistas semiestruturadas com profissionais de diferentes setores e posições hierárquicas.

O trabalho qualitativo foi desenvolvido apenas em três estados brasileiros: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e da Bahia. A escolha da pesquisa foi baseada no pressuposto de que a maior exposição a situações de risco de vitimização aumenta a vulnerabilidade de policiais militares ao comportamento suicida. Mais o objetivo da análise do estudo de Miranda (2017), foi o comportamento suicida na Polícia Militar do estado da Bahia. Os policiais da PMBA correspondem a quase 10% da amostra total de participantes (n=18007). Do total de participantes da PMBA (1850), 3% declararam já ter tentado suicídio; 14% informaram já ter pensado em se matar em algum momento da vida; e 82% disseram nunca ter pensado e nem tentado suicídio em algum momento de suas vidas. A maioria da amostra de policiais militares da PMBA era composta por homens (1634); 69% tinham entre 30 e 44 anos e 69% estavam ocupando o posto de soldado (69,5%). A taxa de ideação suicida por sexo foi de 14% para homens e 16% para mulheres. De tentativa de suicídio foi de 3% para homens e 5% para mulheres.

Os homens, embora acometidos com menor frequência de acordo com os dados obtidos no estado da Bahia, entretanto no contexto atual o homem possui uma maior dificuldade em procurar ajudar, mesmo encontrando-se em uma série de problemas emocionais ou psicológicas. Em relação ao sexo, mulheres tentaram mais suicídios do que os homens, porém os dados são controversos, uma vez que o número de policiais de policiais sexo masculino é desproporcional ao do sexo feminino nesta pesquisa.

O policial vivencia um cotidiano de trabalho conturbado, com frequente exposição à violência e conflitos nas relações interpessoais, tanto no ambiente de trabalho, quanto no convívio familiar e social, sofrem influências de vários fatores negativos que geram estresse extremo. O cansaço físico e a falta de equilíbrio emocional podem levar esses profissionais a assumirem atitudes durante crises e situações caóticas (OLIVEIRA, 2010; SOUZA, 2012). Em pesquisas realizadas no Rio de Janeiro observou-se que, o risco de suicídio estava associado a sobre carga de trabalho e ao adoecimento físico. Cerca de 30% da população estudada de policiais apresentam com mais frequência sintomas psicossomáticos, depressivos e de ansiedade, podendo se torna alvos mais fáceis que pode vir a apresentar sintomatologia de estresse ocupacional (MYNAIO et al.,2014; CASTRO, CRUZ; 2015). Pereira (2015), também contribuiu para o debate, investigando como a organização policial militar do Rio de Janeiro pode se tornar vulnerável à morte por suicídio. O estresse presente na atividade policial foi identificado como um dos fatores mais relevantes no risco de suicídio entre esse grupo. Os principais agentes estressores ocupacionais: a sobrecarga de trabalho, tanto quantitativa como qualitativa; pressão, responsabilidades por pessoas, ambiguidade de papel, falta de

infraestrutura, risco de vida, burocracia, o preso e o ambiente de trabalho, para essa autora, o risco de suicídio entre policiais sofre importante influência do tempo de trabalho, isto é, do tempo de exposição ao risco e a situação estressora.

Dado o exposto, o que se observa em todas as pesquisas é que a taxa de suicídio vem aumentando, no entanto é preciso um olhar mais criterioso em relação a isso.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo identificar quais os principais fatores predisponentes que pode levar ao suicídio em policiais, trazidos pela literatura: Abordar as principais características clínicas e aspectos epidemiológicos do suicídio; descrever os principais fatores de risco para o adoecimento mental do policial militar no Brasil.

Destaca-se que os policiais militares podem ser mais vulneráveis e suscetível a doenças ocupacionais, apresentação dos mais variados sofrimentos psíquicos, por lidarem diariamente com situações de alto estresse, desgaste, se comparados ao restante da população. Segundo a OMS (2016), uma saúde mental debilitada estar ligado a drásticas mudanças sociais, condições estressoras, discriminação de todos os tipos, problemas físicos e risco a violência.

A partir dos dados obtidos através deste estudo, foi possível constata a complexidade do tema, visto que os resultados apontam taxas alarmantes de suicídio devido a diversos aspectos multifatoriais. Os resultados obtidos nessa pesquisa permitem concluir, o perfil dos policiais militares que cometeram suicídio; há uma prevalência numérica de policiais homens, o que acabam levando algumas pesquisas, apontarem uma maior incidência nesse sentido, porém há pesquisas que apontam que as policiais mulheres têm essa incidência maior.

Um dos fatores de risco para o adoecimento mental do policial militar, é o tempo de serviço, foi observado em todas as pesquisas que o tempo de serviço inicial, é um tempo crucial para o aparecimento das doenças, nesse sentido, observa-se que menos de 5 anos de serviço o policial tem mais tendência ao suicídio, o policial intermediário de 5 a 10 anos, tem mais tendência, só que acima de 10 anos, essa tendência ao suicídio vai diminuído. Há estudos que comprovam “que policiais em serviço há mais tempo, se tornam mais resistentes aos agentes estressores, quanto os novos recrutas são mais propensos a sofrer que estes”. (DE LINZ et al.,2014).

Outro fator de risco predisponente é a variável posto\gratuação que significa a ordenação dos profissionais dentro da hierarquia militar, onde foi evidenciou uma maior

incidência de policiais praças vítimas de suicídio, isso pode ser explicado pelo fator de ser um policial de rua no serviço operacional. Normalmente, estão mais expostos às condições de trabalho na rua, potencialmente violentas e há risco eminente à vida, são mais vulneráveis para o acometimento de transtornos mentais pela sua atividade laboral, levando a crer que patentes mais baixas adoecem mais, e patentes mais altas adoecem menos.

Diante dos dados apresentados da relevância do tema, possibilitou um melhor conhecimento sobre os variados aspectos que envolve o sofrimento psíquico dos policiais, que sirva de subsídios para novos estudos. Diante disso, evidenciam a necessidade de atenção à saúde do policial militar nos exercícios das suas funções, torna-se essencial para a criação de políticas públicas, através de medidas de promoção e prevenção podendo reduzir as vulnerabilidades à saúde, é conseqüentemente os índices de suicídio do policial militar. Neste sentido, compreender e analisar, para minimizar os principais sintomas que afeta a saúde mental, a fim de melhorar a qualidade de vida na atividade laboral.

No entanto os índices de mortalidade por suicídio podem ser ainda mais elevados do que os dados existentes, considerando que ocorram subnotificações, provocando certa dificuldade ao se mensurar os dados reais do suicídio consumado, pelo simples fato de tratar o suicídio como algo que não pode ser divulgado, para não influenciar mais casos, considerado um tabu, digno de vergonha dentro das corporações policiais. Que devem ser investigados e cobrados das instituições policiais os números reais de vítimas de suicídio, que assolam a carreira do policial militar.

Pode-se concluir que pesquisas futuras podem se concentrar no contingente feminino, pois foi encontrado dados controversos, o que pode levar a investigação do policial feminina, é que não investiguem apenas masculino, mais também o contingente feminino que recentemente virou contingente operacional.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luciene da Costa; VIEIRA, Kay Francis Leal; COUTINHO, Maria da Penha de Lima. Ideação suicida na adolescência: um enfoque psicossociológico no contexto do ensino médio. **Psico-USF**, v. 15, n. 1, p. 47-57, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-82712010000100006&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em 17 mar.2020

ASCARI, Rosana Amora et al. Prevalência de risco para síndrome de burnout em policiais militares. **Cogitare Enfermagem**, v. 21, n. 2, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/44610> Acesso em 27 de mar. 2020.

BARBOSA, Fabiana de Oliveira; MACEDO, Paula Costa Mosca; SILVEIRA, Rosa Maria Carvalho da. Depressão e o suicídio. **Revista da SBPH**, v. 14, n. 1, p. 233-243, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582011000100013. Acesso em 17 mar.2020

BLAZUS, Camilla Baldicera; RAMIRES, Vera Regina Röhnelt. Depressão na adolescência: uma problemática dos vínculos. **Psicologia em Estudo**, v. 17, n. 1, p. 83-91, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722012000100010. Acesso em 17 mar.2020. Acesso em 17 de mar. 2020.

BRASIL. Lei n.10.406, 10- 01- 2010. **Institui o Código Civil**. Lex. Brasília. DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm Acesso em 20 de mar.2020.

BRASIL. **Portal Brasil, Defesa e Segurança**, 2012. Disponível em: <https://dados.gov.br/group/defesa-seguranca>. Acesso em 17 de mar. 2020.

BURIOLA, Aline Aparecida et al. Assistência de enfermagem às famílias de indivíduos que tentaram suicídio. **Escola Anna Nery**, v. 15, n. 4, p. 710-716, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452011000400008. Acesso em 20 de mar.2020

CASTRO, Maria Cristina d'Avila de; CRUZ, Roberto Moraes. Prevalência de transtornos mentais e percepção de suporte familiar em policiais civis. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 35, n. 2, p. 271-289, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932015000200271&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 20 de mar. 2020.

COSTA, Naldson Ramos da. Ofício de polícia, violência policial e luta por cidadania em Mato Grosso. **São Paulo em perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 111-118, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392004000100014&script=sci_arttext

DA SILVA, Marco Antônio; BUENO, Helen Paola Vieira. O SUICÍDIO ENTRE POLICIAIS MILITARES NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ: ESFORÇOS PARA PREVENÇÃO. **Diretor/Comandante da Academia Policial Militar do Guatupê. Coordenador Geral da Revista de Ciências Policiais da APMG.**, p. 5,2017. Disponível em: <http://www.revistas.pr.gov.br/index.php/apmg/edicao-1-artigo-01>. Acesso em 20 mar. 2020.

DE LIZ, Carla Maria et al. Características ocupacionais y sociodemográficas relacionada con la percepción del estrés en policías militares. **Revista Cubana de Medicina Militar**, v. 43, n. 4, p. 467-480, 2014. Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?pid=S0138-65572014000400007&script=sci_arttext&tlng=pt Acesso em 20 de out.2020.

DURKHEIM, Emile. O suicídio: estudo de sociologia. In: **O suicídio: estudo de sociologia**. 2004. p. XXX, 513-XXX, 513. Disponível em: <https://rop.emnuvens.com.br/rop/article/viewFile/153/149>. Acesso em 25 de mar.2020.

FERREIRA, D. K.S.; CRISTINE, B.; AUGUSTO, L. G.S. Condições de Trabalho e Morbidade Referida de Policiais Militares, Recife-PE, Brasil. **Saúde Soc. São Paulo**, v.21, n.4, p.989- 1000, 2012.

Disponível em: https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/pp_ae/article/view/19184. Acesso em 25 de mar.2020.

FIGUEIREDO-FERRAZ, H. et al. Validação Fatorial do "Spanish Burnout Inventory" em Policiais Portugueses. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, pp. 291-299, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-7153.201427209>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-797219980003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 25 mar.2020.

FONTANA, Rosane Teresinha; MATTOS, Gisele Domingues. Vivendo Entre a Segurança e o Risco: Implicações à Saúde do Policial Militar. **Ciência, Cuidado e Saúde**. V. 15, n. 1. 2016. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/20239>. Acesso em 25 de mar. 2020.

KOLVALSKI, A. An economic theory of suicide. The journal of political economy. v.82, n.1, p.83-98, 2015. Disponível em: https://econpapers.repec.org/article/ucpjpolec/v_3a82_3ay_3a1974_3ai_3a1_3ap_3a83-98.htm. Acesso em 25 de mar. 2020.

LIMA, Fabíola Polo de; BLANK, Vera Lúcia Guimarães; MENEGON, Fabricio Augusto. Prevalência de transtorno mental e comportamental em policias militares/SC, em licença para tratamento de saúde. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, n. 3, p. 824-840, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932015000300824&script=sci_arttext Acesso em 05 de nov. 2020.

LIPP, Marilda E. Novaes; COSTA, Keila Regina da Silva Nunes; NUNES, Vaneska de Oliveira. Estrés y calidad de vida, estresores ocupacionales de policías: los síntomas más comunes. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 17, n. 1, p. 46-53, 2017.. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572017000100006. Acesso em 25 mar.2020.

MATTOS, Márcio Júlio da Silva. **Reconhecimento, identidade e trabalho sujo na PMDF**. 2012. 2012. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Sociologia)–Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/11166>. Acesso em 27 de mar.2020.

MACHADO, Jacqueline Mari et al. Stress no trabalho policial: uma análise das estratégias de enfrentamento. **Tuiuti: Ciência e Cultura**, v. 4, n. 51, 2015. Disponível em: <https://interin.utp.br/index.php/h/article/view/902>. Acesso em 25 de mar.2020.

MARIANO, Benedito Domingos. **Uma análise crítica sobre Suicídio Policial**. São Paulo: Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo, 2019. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/suicidio-policial_aprovacao_mariano.pdf Acesso em 05 de nov.2020

MAGALHÃES, JCD. **Entre amarras e possíveis: atividade de trabalho e modos de viver dos policiais militares capixabas em análise**. 2019. Tese de Doutorado. Dissertação Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/suicidio-policial_aprovacao_mariano.pdf Acesso em 20 de out.2020

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & contexto enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008..

Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072008000400018&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 25 mar.2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; OLIVEIRA, Raquel Vasconcellos Carvalhaes de. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 2199-2209, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2011.v16n4/2199-2209/pt/>. Acesso em 27 de abr.2020

MILLER, Laurence. **Practical police psychology: stress management and crisis intervention for law enforcement**. Illinois: Thomas Books, 2006. Disponível em:

<http://www.revistas.pr.gov.br/index.php/apmg/edicao-1-artigo-01> . Acesso em 12 nov.2020.

MIRANDA, Dayse; GUIMARÃES, Tatiana. O suicídio policial: O que sabemos?. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 9, n. 1, p. 1-18, 2016. Disponível em:

<https://gepesp.org/wp-content/uploads/2018/05/Suicidio-Policial-Dilemas.pdf>. Acesso em 12 nov.2020.

MIRANDA, Dayse; MENEZES, Lidiane; NUNES, Pablo. As percepções do comportamento suicida na Polícia Militar do Estado da Bahia. **Revista Brasileira de Psicologia**, v. 4, n. 01. 2017. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-PT&as_sdt=0%2C5&q=MILLER%2C+2006+policial&oq=.

Acesso em 25 de abr.2020

OLIVEIRA, Katya Luciane de; SANTOS, Luana Minharo dos. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. **Sociologias**, v. 12, n. 25, p. 224-250, 2010.

Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222010000300009&script=sci_arttext. Acesso em 27 de mar.2020.

OLIVEIRA, Leonardo Pires; DE AMORIM, João Schorne. Análise da legalidade do emprego de veículos aéreos não tripulados (VANTs) na atividade de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública. **Revista Ordem Pública**, v. 8, n. 2, p. 131-144, 2015. Disponível em:

<https://rop.emnuvens.com.br/rop/article/view/136>. Acesso em 29 abr.2020

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE- OMS: **Prevenção do suicídio: um manual dirigido a profissionais de equipes de saúde mental**. Campinas: Unicamp, 2014. Disponível em:

<http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/Comportamento-Suicida-Aten%C3%A7%C3%A3o-Prim%C3%A1ria-%C3%A0-Sa%C3%BAde.pdf>. Acesso em 30 Ago.2020

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE- OMS: **Perfil epidemiológico das tentativas e óbitos por suicídio no Brasil e a rede de atenção à saúde**.2016

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Aumenta o número de pessoas com depressão no mundo**. 2017. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2017/02/1578281-oms-mais-de-300-milhoes-de-pessoas-sofrem-de-depressao-no-mundo>.

Acesso em 5 Ago.2020

RAMOS, Orlando. Police suicide: are you at risk? In.: **FBI Law Enforcement Bulletin**. May, 2010. Disponível em:

<https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/fbibleb79&div=50&id=&page>
 =Acesso em 27 de set.2020.

RODRIGUES, Marcus Paulo Ruffeil. **Gestão da Polícia Militar: a cultura institucional como agente limitador da construção de uma polícia cidadã**. 2010. Tese de Doutorado. Disponível em:
<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9041/1418705.pdf?sequence=11>.
 Acesso em 27 de mar. 2020.

SAMPAIO, Daniel; TELLES-CORREIA, Diogo. Suicídio nos mais velhos: fundamental não esquecer. **Acta Médica Portuguesa**, v. 26, n. 1, p. 1-2, 2013. Disponível em:
<http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/Upload/PDF3/002254.pdf> Acesso em 29
 Ago.2020

SILVA BCR. Suicídio na Polícia Militar do Paraná no período de 2013 a 2016: estudo sobre os fatores de risco na profissão Policial Militar. Paraná: Academia Policial Militar do Guatupê, 2018. **Trabalho de Conclusão de Curso em Formação de Oficiais Policiais Militares**. Disponível em: <https://rop.emnuvens.com.br/rop/article/view/153>. Acesso em 29 set.2020

SOUSA, Reginaldo Canuto de; MORAIS, Maria do Socorro Almeida de. Polícia e Sociedade: uma análise da história da segurança pública brasileira. V **Jornada Internacional de Políticas Públicas: Maranhão**, 2011.

SOUZA, Viviane dos Santos et al. Tentativas de suicídio e mortalidade por suicídio em um município no interior da Bahia. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 60, n. 4, p. 294-300, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0047-20852011000400010&script=sci_arttext. Acesso em 02 nov.2020

SOUZA, Edinilsa Ramos de et al. Fatores associados ao sofrimento psíquico de policiais militares da cidade do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 28, n. 7, p. 1297-1311, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v28n7/08.pdf>
 . Acesso em 25 set.2020

PEREIRA, T. G. S. Tiro de Misericórdia: Uma análise dos Fatores Institucionais do Suicídio na Polícia Militar do Rio de Janeiro. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia). **Universidade Federal do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 2015.

PINHEIRO, dos S. A. **Polícia Comunitária e Cidadã**. Crato-CE: RDS, 2014

PONCIONI, Paula. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro. **Sociedade e Estado**, v. 20, n. 3, p. 585-610, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922005000300005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 28 set.2020.

PORTO, Diego; DA SILVA, Daniel Nunes. Prevenção do suicídio na polícia militar: a percepção do problema e alguns cuidados importantes a serem tomados pelos comandantes. **Revista Ordem Pública**, v. 10, n. 1, p. 197-219, 2018. Disponível em:
<https://rop.emnuvens.com.br/rop/article/view/153> Acesso em 02 nov.2020

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Preventing suicide: a global imperative. Geneva: **World Health Organization**; 2014. 92p. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/131056/9789241564779-ger.pdf> Acesso em 29 set.2020